



ACÓRDÃO Nº815/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11444/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Elvis Lemos Martins (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5586/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru-IMTRANS/MPU**, referente ao exercício 2018, sob a responsabilidade do Senhor **Elvis Lemos Martins**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea *b* da Lei n. 2423/96 – LO/TCE e do art. 188, §1º, III, alínea *b* da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Elvis Lemos Martins**, Diretor-Presidente do IMTRANS Manacapuru, exercício 2018, no valor total de **R\$ 32.774,80** (trinta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), nos moldes descritos abaixo:

10.2.1- No valor R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada mês de competência em que não houve envio de dados via E-contas, ou seja, de fevereiro à dezembro de 2018,



ACÓRDÃO Nº815/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

totalizando o valor de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, a, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme restrição do item 1.1 da fundamentação do voto;

10.2.2- No valor de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)** por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, atualizada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos itens 1.3, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9 e 1.10 da fundamentação do voto;

10.2.3- Fixar o prazo de **30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru-IMTRANS/MPU que:

10.3.1. - Envie todos os balancetes, bem como todas as prestações de contas mensais nas formas e prazos estabelecidos na legislação pertinente. (item 1.1 da fundamentação do voto);



ACÓRDÃO Nº815/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.2.** - Providencie a criação de controle interno próprio ou solicite ao controle interno municipal centralizado que atue na entidade, com a análise e emissão do parecer/relatório correspondente (item 1.2 da fundamentação do voto);
- 10.3.3.** - Realize melhor dimensionamento das previsões de receitas de forma que elas se tornem indispensáveis para a tomada de decisões para realização dos programas do governo, indicando assim um orçamento mais realista (item 1.4 da fundamentação do voto);
- 10.3.4.** - Adote as providências necessárias para a regularização e amortização da Dívida Flutuante, bem como para a responsabilização de quem deu causa à situação deficitária identificada, com a devida devolução dos valores consignáveis (item 1.5 da fundamentação do voto);
- 10.3.5.** - Implemente, com brevidade, o sistema Informatizado de geração de guias de arrecadação municipal (item 1.6 da fundamentação do voto);
- 10.3.6.** - Providencie procurador jurídico próprio para a entidade (com a adequação do quadro de pessoal) ou, em caso de contratação, que esta seja feita mediante licitação adequada, na forma da Lei Federal n. 8.666/93 (item 1.8 da fundamentação do voto);
- 10.3.7.** - Os contratos administrativos do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização e Educação do Trânsito e Transportes de Manacapuru, possuam responsável designado para fiscalização de contrato (item 1.10 da fundamentação do voto).

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº815/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral